



DIREITOS HUMANOS

Governo federal pouco atacou violência policial

Conclusão é da Human Rights Watch, cujo relatório, porém, mostra que também houve melhorias e avanços

» ÁNDREA MALCHER

Rovena Rosa/Agência Brasil

Relatório da Human Rights Watch (HRW), divulgado ontem, reservou um capítulo para a análise do primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E não economizou nas críticas. Para a entidade, ainda que o governo tenha apresentado avanços, por exemplo, na proteção da Amazônia e nos direitos das mulheres, falhou ao enfrentar adequadamente o problema — classificado como “crônico” — da violência policial.

“O presidente Lula encerrou seu primeiro ano de governo apresentando inconsistências em matéria de direitos humanos”, afirmou César Muñoz, diretor da HRW no Brasil. “Lula reverteu algumas políticas anti-direitos de seu antecessor (Jair Bolsonaro), mas desafios significativos permanecem, inclusive o uso excessivo da força pela polícia, que afeta desproporcionalmente a população negra, e uma política externa que não promove os direitos humanos de maneira consistente”, critica.

Um trecho do relatório destaca que as polícias mataram “mais de 6 mil pessoas todos os anos desde 2018”. “Mais de 80% das pessoas mortas pela polícia, em 2022, eram negras. De janeiro a junho de 2023, a letalidade policial aumentou em 16 estados, em comparação com o mesmo período de 2022, segundo dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública”, lembra a HRW.

O documento reconhece que, embora os governadores sejam responsáveis pelas polícias estaduais, o governo federal deve desenvolver políticas públicas nacionais e garantir que os recursos para segurança pública acompanhem a obrigatoriedade de redução de mortes causadas pela ação policial. O relatório faz uma recomendação, salientando que o Plano Nacional de Segurança Pública está, atualmente, em processo de revisão. “O plano deveria incluir metas e medidas concretas para reduzir as mortes



As câmeras corporais, que têm potencial para reduzir a brutalidade policial, são contestadas pelos governadores paulista e fluminense



Lula reverteu algumas políticas anti-direitos de seu antecessor, mas desafios significativos permanecem, inclusive o uso excessivo da força pela polícia, que afeta desproporcionalmente a população negra”

César Muñoz, diretor da Human Rights Watch no Brasil

pela polícia em todo o país”.

Segundo Thales Arcoverde Treiger, defensor público federal e regional de direitos humanos no Rio de Janeiro, o diagnóstico da HRW sobre a letalidade policial e a violência institucional não surpreende. Mas, para ele, o papel do governo federal na questão “parece muito residual”.

“A gente tem um problema muito sério em todos os estados e o populismo penal atrapalha demais essa questão. Tanto governos mais à direita, quanto mais à esquerda, tratam muito mal da segurança pública”, assinala.

Prova disso é a polêmica em relação às câmeras corporais para quem está no policiamento ostensivo. Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), são contrários ao equipamento, apesar

de levantamentos apontarem as vantagens de se mantê-lo. Como o do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que indicou, em São Paulo, uma expressiva queda nas mortes de civis e policiais — sobretudo de adolescentes, que caiu em 80,1% em 2022.

Procuradoria

A HRW também considerou um erro a escolha de Paulo Gonet Branco para a Procuradoria-Geral da República — Lula descon siderou a lista tríplice que lhe foi apresentada pela PGR. “No Brasil, essa independência [de atuação] era tradicionalmente preservada pela prática de o presidente escolher o PGR a partir de uma lista tríplice (...). Lula seguiu o exemplo negativo de Bolsonaro”, frisa.

Em nota ao **Correio**, o Ministério dos Direitos Humanos e

Cidadana (MDHC) disse que aprecia a atenção da organização em relação ao Brasil, mas que o “documento, produzido no contexto do relatório global promovido pela organização, é demasiadamente sucinto e deixa de apresentar, de maneira fidedigna, a dimensão do esforço de reconstrução das políticas de direitos humanos promovidas a partir de 2023, inclusive no que concerne ao combate às múltiplas desigualdades socioeconômicas em nosso país”.

“No campo de atuação do MDHC, [o relatório] deixa de notar, por exemplo, o relançamento do Programa Viver Sem Limite, e a criação de novas políticas, como aquelas direcionadas à população em situação de rua, e as caravanas de direitos humanos, que olham para as condições do sistema prisional”, observa o MDHC.

Com ressalvas, elogio à diplomacia e ao meio ambiente

O relatório da Human Rights Watch (HRW) não avaliou apenas os esforços do governo federal em relação à violência policial. O documento avalia também as relações diplomáticas do Brasil e apontou como positiva a defesa enfática contra a morte de civis palestinos na Faixa de Gaza, por conta da guerra de Israel contra o grupo terrorista Hamas e Israel. Porém, condena o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao governo de Nicolás Maduro e a afirmativa de que há uma “narrativa construída” sobre a Venezuela.

“Lula prometeu que colocaria o Brasil de volta ao cenário internacional. Ele deveria usar o novo perfil global do Brasil, incluindo a participação no Conselho de Direitos Humanos da ONU, nos BRICS e na presidência do G20, em 2024, para promover os direitos humanos e condenar abusos, independentemente dos interesses geopolíticos ou da ideologia do governo responsável por violações”, argumenta César Muñoz, diretor da HRW no Brasil.

Em nota ao **Correio**, o Ministério dos Direitos Humanos

e Cidadania (MDHC) afirmou que “o relacionamento externo do Brasil é marcado pelo diálogo construtivo, considerando-se contraproducente o fechamento de canais de comunicação com outros Estados, particularmente nossos vizinhos”.

“No plano internacional, o documento deixa de reconhecer a magnitude do reposicionamento do Brasil em fóruns internacionais. Nos quatro anos do governo anterior, o Brasil estava promovendo uma agenda visivelmente conservadora e avessa à diversidade internacionalmente. Voltamos a valorizar o combate às desigualdades, impulsionar os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade”, ressalta o MDHC.

Indígenas

A Human Rights Watch reconhece que Lula reverteu políticas anti-ambientais, que classificou como “desastrosas”, do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ressalta, ainda, que o governo pôs fim à postura anti-indígena de

Ed Alves/CB/DA/Press



HRW considera “decisão histórica” derrubada do marco temporal pelo STF

Bolsonaro, retomando a demarcação de terras indígenas e nomeando lideranças das comunidades nativas para dirigir o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Por conta disso, o relatório

frisou a “decisão histórica” do Supremo Tribunal Federal (STF) de rejeitar o uso da tese do marco temporal na demarcação de territórios indígenas. A HRW considerou que “a decisão foi um enorme impulso para os povos indígenas na sua

luta para preservar seu modo de vida. Foi também relevante na luta contra as mudanças climáticas, já que a demarcação de territórios indígenas tem se demonstrado repetidamente como uma das barreiras mais eficazes contra o desmatamento na Amazônia”, salienta.

Apesar do compromisso do governo Lula com a preservação do meio ambiente e as mudanças climáticas, relatório da HRW aponta que a destruição do Cerrado não foi contida. Como indica o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento no bioma aumentou 41% até novembro.

Da mesma maneira, a HRW critica os planos do governo de aumentar “significativamente” a produção de petróleo e gás na próxima década — como afirmou Lula, na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP28), em dezembro, em Dubai, nos Emirados Árabes. No evento, o presidente afirmou que o Brasil entrará, como observador, na OPEP+ — entidade que reúne os países produtores de petróleo. (AM)

PORTUGAL

Novas medidas favorecem brasileiros

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — O governo e o Parlamento de Portugal vêm atuando para facilitar a vida de imigrantes que escolheram o país para morar, estudar e trabalhar. A mais recente medida que favorece os brasileiros e os demais estrangeiros foi aprovada em 5 de janeiro pela Assembleia da República e só depende da sanção do presidente Marcelo Rebelo de Sousa e da publicação no *Diário da República* para vigorar.

Os deputados decidiram que o tempo que os cidadãos ficarem esperando pela emissão da autorização de residência contará dentro dos cinco anos necessários para a obtenção da cidadania portuguesa. Por lei, qualquer estrangeiro que viva em Portugal por cinco anos ou mais pode requerer a nacionalidade. O problema era que, até a decisão mais recente da assembleia, o tempo de espera pela autorização de residência não contava nos cinco anos.

Representa que se um brasileiro deu entrada no pedido de autorização de residência em Portugal, e a documentação só foi emitida dois anos depois, esse período não seria contabilizado para o prazo de cinco anos necessários para a obtenção da cidadania. Agora, será.

Estima-se que mais de 150 mil brasileiros que estão à espera da autorização de residência poderão ser beneficiados pela decisão. Muitos reclamam que foram prejudicados pela demora do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para regularizar a situação de imigrantes.

É importante ressaltar que a assembleia só seguiu à frente com o projeto que beneficia os imigrantes por causa da insistência de duas brasileiras, a cabeleireira Sônia Gomes e a diarista Juliet Cristina, como mostrou o jornal *O Globo*. Segundo o Ministério da Justiça de Portugal, entre 2010 e 2023 quase 500 mil brasileiros conseguiram a cidadania lusitana, a maioria por ser descendente de portugueses.

Filhos

Outro importante projeto que beneficia os brasileiros e foi aprovado pela assembleia — que tem maioria formada por parlamentares do Partido Socialista (PS) — permite que filhos de pais ou mães portugueses reconhecidos depois de terem completado 18 anos requeiram a cidadania. São vários os casos em que um dos pais é português, mas os filhos só conseguiram incluir o nome do progenitor nas certidões de nascimento quando se tornaram adultos. Há processos que se arrastam por anos na Justiça. A decisão do Judiciário, por sinal, é fundamental para que a nacionalidade portuguesa seja concedida.

Advogado na área migratória, Bruno Gutman assinala que Portugal elegeu os brasileiros como imigrantes preferenciais, pela facilidade maior que têm de adaptação e pela proximidade cultural e da língua. Mas é preciso que o sistema seja mais inclusivo e rápido na concessão de documentos.

Na avaliação de Fabio Knauer, da Aliança Portuguesa, a regularização de imigrantes evita que cidadãos sejam empurrados para a vulnerabilidade. Além disso, o governo mantém o controle da situação e ainda arrecada impostos. Apenas em 2022, os imigrantes recolheram mais de 1,8 bilhão de euros (R\$ 10 bilhões) aos cofres portugueses.